

OS PAPÉIS URBANOS NAS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA, RS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Silvane Spolaor 1
Sandra Ana Bolfe*

1: Mestranda em Geografia, UFSM – silvanespolaor@hotmail.com.com.

*: Professora Adjunta do Departamento de Geociências, UFSM – sabolfe@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Para determinar os papéis urbanos de uma cidade ou até mesmo de uma Região, passa-se pela leitura das suas conexões com o mundo exterior, com os fluxos existentes no/do seu território. Nesse sentido, a Região da Quarta Colônia situa-se na região central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, próxima ao município de Santa Maria. Possui uma população de aproximadamente 63 mil habitantes, o que representa apenas 0,6% da população total do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste trabalho apresentam-se considerações iniciais sobre o tema de abrangência da pesquisa de mestrado, o espaço urbano/regional da Quarta Colônia, que tem como objeto de estudo os municípios da sua região a partir das relações que estabelecem entre si e com outros municípios da região. A pesquisa está sendo realizada pela construção teórico-metodológica embasadas nas categorias de análise do espaço urbano e regional, pelo levantamento de dados e informações que compõem os aspectos físicos e humanos da Região para realizar as explicações desse espaço. A antiga Quarta Colônia de imigração Italiana, denominada de Silveira Martins, foi criada em 1875, completando assim, o núcleo básico inicial da imigração Italiana no Estado do Rio Grande do Sul (Lando; Barros, 1980). A ocupação inicial com os imigrantes europeus nessa região, foi com os italianos. Atualmente, a região da Quarta Colônia é formada por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Destes nove, sete foram criados a partir do desmembramento da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins sendo que os municípios de Agudo (imigração alemã) e o de Restinga Seca agregaram-se à região por razões políticas e econômicas.

A origem da atual formação econômica da região pode ser encontrada no modo de ocupação do território. Esta se deu através da colonização, onde eram demarcados lotes para serem ocupados pelos colonos, com tamanho médio de 25 ha. Atualmente o tamanho médio das propriedades na região é de aproximadamente 28 ha. Por este motivo a região é caracterizada pela pequena propriedade rural e pelo baixo grau de industrialização.

Observa-se um gradativo crescimento da população urbana sobre a rural e áreas urbanas pouco adensadas. Os colonos italianos destacaram-se pela sua forte religiosidade. Na Itália, as atividades sociais estavam centradas na igreja e, quando chegaram ao Rio Grande do Sul, com a impossibilidade de encontrarem uma organização religiosa já estruturada, trataram de criar a sua. As famílias mais próximas uniam-se para a construção da capela, que passava a ser o ponto de encontro nos fins de semana e o centro da vida social. Normalmente, os povoados desenvolviam-se ao redor da capela, agregando outros prédios, como a “bodega¹, a

cancha de bocha²², o clube, etc. Atualmente, o legado cultural da região vem sendo explorado pelo turismo, como forma de valorizar os costumes e tradições e mantê-los vivos através das gerações.

A evolução municipal da região demorou bastante tempo para ser concretizada e se deu de forma dispersa. Se comparada com as demais colônias italianas do Estado do Rio Grande do Sul, que conseguiram suas emancipações ainda no final do século XIX, percebe-se que na Quarta Colônia este processo foi muito mais difícil. Vários fatores foram decisivos, visto que havia muita disputa entre as localidades (antigos núcleos colônias) para serem a sede do futuro município. O que ocorreu na região é que, ao contrário das outras colônias, a Quarta Colônia não conseguiu manter seu território unificado, resultando nos sete municípios que constituem a região hoje (sem levar em consideração Agudo, de colonização alemã e Restinga Seca). Na ex-colônia italiana, as primeiras emancipações ocorreram somente em 1959 (Faxinal do Soturno, Agudo e Restinga Seca), e os últimos municípios a emanciparem-se foram São João do Polêsine e Pinhal Grande, em 1992. O processo de emancipação da região ocorreu de forma pouco dinâmica, levando mais de trinta anos para concretizar-se.

As inquietações a cerca do tema surgiram inicialmente pelo tamanho populacional das cidades que compõem os municípios dessa Região que varia de 796 habitantes na cidade de Ivorá a 10.018 habitantes na cidade de Restinga Seca, proporcionando a reflexão de como é composto e habitado o seu espaço urbano. Além disso, outra questão refere-se ao cumprimento dessas cidades no papel urbano de fornecer bens e serviços para a sua população. Sabe-se que o espaço urbano é caracterizado pelo processo de transformação ser muito dinâmico, assim, busca-se entender a inserção desses municípios no processo de urbanização que vem ocorrendo no Brasil. Nesse sentido é preciso identificar os papéis urbanos desempenhados pelas pequenas cidades da Região da Quarta Colônia.

A diferenciação cidade campo: A questão das pequenas cidades

As cidades para Castells (1973 apud Bezerra, 2002) se formaram e passaram a existir tendo por base a produção e o trabalho na terra. As cidades tornam-se o local de residência dos proprietários rurais que não precisavam mais estar fixados no lugar da produção agrícola.

“Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se de um novo sistema de organização social, mas que não é separado do rural, nem posterior a ele, porque eles são estreitamente ligados no seio do processo de produção de formas sociais, mesmo se, do ponto de vista dessas formas, se esteja em presença de duas situações diferentes. (CASTELLS, 1973 apud BEZERRA 2002 p. 23)”.

Concretizava-se naquele momento a separação entre campo e cidade, que se consolidaria depois em rural e urbano. Essa dicotomia rural/urbano torna-se menos saliente no momento que as práticas antes restritas ao meio urbano são observadas também nos espaços rurais, como supermercados, rodovias. Por sua vez, os espaços urbanos se expressam como uma extensão do rural, consolidando um *continuum* em que não se observa a distinção entre um espaço e outro (Rosa; Ferreira, 2006).

- 1- Pequena venda, com variados produtos.
- 2- um esporte jogado entre duas pessoas ou duas equipes, que consiste em lançar bochas (bolas) e situá-las o mais perto possível de um bolim (bola pequena), previamente lançado. O adversário por sua vez, tentará situar as suas bolas mais perto ainda do bolim, ou remover as bolas dos seus oponentes.

Os debates a cerca do rural e do urbano são relevantes para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nesse espaço/tempo. Dessa forma, são comuns colocações de alguns autores como Veiga (2002) quando discute as cidades imaginárias e Santos (1979) quando se refere às pseudocidades, estes autores nos fazem pensar se seriam essas pequenas cidades realmente cidades, ou então se poderiam ser consideradas urbanas, ou ainda, se seriam apenas pólos rurais.

Endlich (2006b) considera que a processo de urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, em decorrência da maneira contraditória como ocorre. Considera que seria preciso problematizar acerca dessas novas atividades desenvolvidas no campo, entendidas como um novo rural. Coloca ainda que o modo de vida urbano vem sendo tão bem aceito por parte da sociedade rural, por causa do conforto, da acessibilidade, enfim pelo próprio vínculo com a cidade. Assim, o próprio acesso à mídia, que veicula valores urbanos, faz com que a população rural adquira também valores urbanos. A proposta de volta ao campo e revalorização da natureza, segundo a autora, também acontece de acordo com os princípios urbanos.

Saquet (2006) menciona que o urbano comanda a dinâmica econômica do Brasil, que lhes atribui formas, funções e estruturas que garantem as melhores possibilidades de reprodução capitalista no contexto socioespacial. Salienta que o urbano não se efetiva isoladamente do rural e nem de outros espaços urbanos. Carlos (1999, p.25) coloca que: “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária” [...]”Estas palavras ‘tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio das cidades sobre o campo”.

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra muitas vezes interligados entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, outras, aquelas de reserva para futura expansão (Corrêa, 1997).

No entanto, é válido ressaltar que o Brasil não é formado apenas por metrópoles, possuindo grande número de pequenas cidades. Considerando ainda, que a Geografia precisa entender quais são os papéis urbanos das pequenas cidades na sua região e no todo. Tendo como ponto de partida a busca das manifestações apresentadas no território delimitado, verificando as determinações que o produziram.

Outro aspecto é que as pequenas cidades, em muitos casos, são localizadas em áreas de economia agrícola, desempenhando papéis urbanos bastante restritos, tendo em vista predominar entre seus habitantes segmentos que possuem renda familiar baixa, o que possibilita somente um consumo básico, destinado a permitir a reprodução da força de trabalho.

Ainda sobre a divisão campo e cidade Santos (1993, apud Bernardelli, 2006, p.45) propõe que a já clássica divisão rural e urbano no Brasil seja substituída pela divisão em dois grandes subtipos:”os espaços agrícolas e os espaços urbanos, [...]as regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades; as regiões urbanas contem atividades rurais[...]]teríamos então] [...]áreas agrícolas contendo cidades adaptadas as suas demandas e áreas rurais adaptadas as demandas urbanas”.

Deve-se fazer um resgate histórico sobre o processo de constituição das cidades e da sua região, discutindo o surgimento dessas pequenas cidades, analisando as transformações pelas quais passaram, considerando os papéis que atualmente desempenham.

Os papéis urbanos nas pequenas cidades da Quarta Colônia e a rede urbana

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas: há elos financeiros de agentes financeiros internacionais e toda e qualquer cidade.

Para Damiani (2006, p. 136) “O planejamento nacional foi substituído por planejamentos estratégicos, envolvendo redes de cidades; cidades estas de mais de um tamanho, num elo direto, sem intermediações assentadas nas hierarquias”.

O olhar para as pequenas cidades não está isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles. O estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos. As pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana. (Endlich, 2006)

Quando se leva em conta, por exemplo, o universo das cidades pequenas constata-se que no Brasil essa realidade é bastante expressiva, uma vez que, há um número significativo de municípios com essas características, o que leva a justificar que a interpretação desses centros é relevante para a compreensão do quadro urbano. Com estas idéias, pode-se afirmar que a realidade urbana no Brasil é complexa e atentar, portanto, para o estudo das pequenas cidades é buscar compreender um universo de distintas particularidades históricas com diferentes magnitudes econômicas, papéis e significados na escala do contexto político regional e da rede urbana (Matos, 2008).

Mesmo diante da falta de consenso sobre a definição conceitual de pequena cidade, não se pode omitir a preocupação com essa categoria, justamente por estas abrigarem parcelas significativas da população, constituindo-se em espaço representativos para a sociedade.

Assim, deve compreender que as pequenas cidades apresentam determinadas características que lhes são próprias e, desse modo, certo centro é diferente um do outro não somente pela sua dimensão demográfica, mas por sua produção histórica e pela posição que assume na divisão territorial do trabalho.

Pensar a cidade pequena e seu papel na rede urbana brasileira, exige como ponto de partida, a relevância da formação sócio-espacial de tais cidades frente a região e a rede. Tal colocação não visa afirmar uma rigidez hierárquica, mas considerar as especificidades apresentadas pelos pequenos núcleos na formação e desenvolvimento urbano do país, desvendando a pluralidade de sujeitos e ações, que envolvem tais cidades em níveis distintos de complexidade e interações na rede.

A pequena cidade, que Santos (1979) prefere chamar de cidade local distingue-se, pela sua influência estritamente local, de uma cidade média. Apesar de possuir um nível urbano elementar, é fundamental para seu entorno imediato, ou seja, as vilas e a zona rural. Isto através das solicitações de produção, circulação, distribuição e consumo que, na medida do possível, têm que ser satisfeitas localmente. De acordo com aquele autor, numa escala urbana populacional a cidade local representa o nível inferior, visto que suas atividades estão a serviço da população local e da zona de influência.

A modernização agrícola supõe um aparelho comercial, administrativo e bancário de que as cidades, mesmo as menores necessitam se equipar. Esse fato vem ocorrendo frente à dispersão de fluxos (capitais, informação). Entretanto, não é necessária uma hierarquia urbana de tamanho populacional e funcional para que relações comerciais, administrativas, serviços,

informação, entre outros, aconteçam. Atualmente, as trocas ocorrem sem necessariamente seguir um nível hierárquico, como é o caso de relações cidades local e metrópoles.

Por ser a cidade local representativa das formas de dispersão, ela recebe constantemente fluxos, através de informações e modelos de consumo, pelos meios modernos de transporte e modernização da economia das cidades médias e metrópoles. São esses canais que levam à modernização das atividades primárias, secundárias e terciárias, tanto no campo quanto na cidade.

No contexto da modernização, as pequenas cidades se industrializam produzindo tanto para o mercado interno como para o externo, e paralelo ao crescimento industrial, vê-se em alguns casos o crescimento populacional (Silva; Soares, 2008).

O espaço urbano, compreendido como o espaço das relações humanas na cidade é o símbolo representativo de como a população que o habita faz sua apropriação e uso.

A valorização dos lugares não é mais colocada de forma hierárquica pelo seu tamanho, especificamente às “pequenas cidades”, incorporadas ao processo de globalização. “O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões (...) rompendo as estritas hierarquias (Damiani, 2006, p.136). Nessas cidades coexistem lugares como locais que são mediadores ao desenvolvimento e a dinâmica socioespacial das regiões.

A partir da concepção de ruralidade e de urbanidade poderemos explicar o significado da “pequena cidade”, como manifestações de modos de vida locais que se preservam mesclados com o “moderno”. “Sabe-se que o processo modernizador não se realiza da mesma forma em todos os lugares. Tem-se que, nas pequenas cidades, ele se poderia apresentar mais residualmente”. (Damiani, 2006, p. 137). Isso implica em diferenças temporais e espaciais produzidas pelo modo capitalista de produção que se manifesta nas cidades ou nos lugares representando desigualdades e contradições sociais e econômicas.

O espaço rural nas pequenas cidades deixa de ser o espaço por excelência da produção agrícola. Nesse sentido, alarga-se envolvendo também as pequenas cidades. Assim o modo de vida rural se faz presente no campo e na cidade e passa a ser denominado de ruralidade. E a urbanidade, da mesma forma, não está restrita a vida urbana, mas a conquistas políticas da vida urbana diante das contradições da urbanização, buscando superar os problemas urbanos em torno de qualidade de vida e suas condições materiais e sociais. A urbanidade estimularia a organização coletiva da vida urbana e a participação social na gestão. Ainda tem o sentido de sociabilidade, de estar com o outro. (Endlich, 2006)

Outro aspecto que dá significado a pequena cidade é o seu caráter funcional. A função das pequenas cidades determina a sua participação na rede urbana. Cabe ressaltar que as pequenas cidades diante do processo de urbanização e modernização agrícola deixaram de ser apenas cidades no campo e passaram a ser cidades do campo, desempenhando diversos papéis e funções.

RESULTADOS PRELIMINARES

O mundo está em um processo constante de urbanização. No Brasil 81% da população vive nas cidades (IBGE, 2000). Diante da observação de um Brasil que se anuncia urbano, onde as transformações são dinâmicas, cabe observar se os municípios da Quarta Colônia estão inseridos neste processo de urbanização.

Os nove municípios pertencentes a Região da Quarta Colônia de integração começaram a se emancipar a partir da década de 1950, entre eles estão São João do Polêsine e Pinhal Grande que conseguiram sua emancipação político-administrativa em 1992. A emancipação recente visou maior liberdade na tomada de decisões para o desenvolvimento socioeconômico urbano/regional, sendo uma saída para as dificuldades enfrentadas.

O processo de emancipação da região ocorreu de forma pouco dinâmica, levando mais de trinta anos para concretizar-se. Os estudos urbanos e regionais, sobretudo aqueles ligados a cidade e ao urbano são demasiadamente complexos em um mundo cujas lógicas perpassam do local ao global a uma velocidade sem precedentes.

As escalas de análise precisam estar adequadas para que os fenômenos tenham as devidas dimensões. Assim, as pequenas cidades, as médias cidades e as metrópoles, na atual rede urbana, estão reguladas pela intensidade dos fluxos urbanos que é capaz de gerar e absorver

A Região da Quarta Colônia caracteriza-se pelo crescimento do número de pessoas vivendo nas cidades, sendo que este índice chegou a 50,04% em 2006, ultrapassando assim a população rural, como pode ser observado na figura 1. No ano 2000 apenas os municípios de Dona Francisca e de Faxinal do Soturno apresentavam população urbana superior a rural. Em Restinga Seca a população urbana também ultrapassou a rural. No município de Nova Palma a população urbana vem crescendo, representando 49,5% da população total (FEE, 2000; 2006).

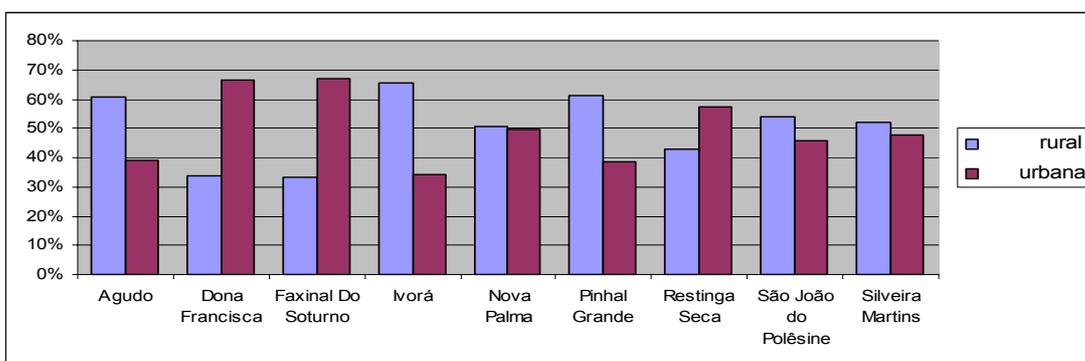


Figura 1 - População por domicílio – rural e urbana nos municípios da Quarta Colônia/RS.
Fonte: FEE, 2006.

A região da Quarta Colônia é caracterizada por pequenos municípios, sendo que o número de pessoas que reside nas cidades varia de 796 habitantes em Ivorá a 10.018 habitantes em Restinga Seca (FEE, 2006). Dessa forma o critério, tamanho populacional, de algumas cidades que compõem os municípios dessa região, nos faz refletir sobre como é constituído esse espaço urbano e o seu papel no fornecimento de bens e serviços para a população. Na figura 2 pode ser visualizado o crescimento da população da Quarta Colônia, no período de 1996 á 2006.

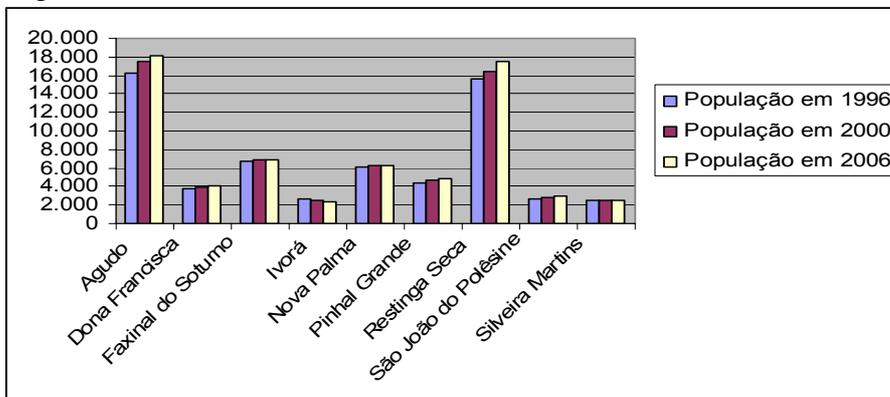


Figura 2 - Crescimento da população da região da Quarta Colônia, nos anos de 1996-2006.
Fonte: Um século de população/FEE.

É relevante ressaltar que os municípios da Quarta colônia dispõem de bens e serviços como hospitais, escolas, comércio, procurando atender a demanda da comunidade local. No entanto, ainda não os disponibilizam de maneira totalmente satisfatória, visto que, a população ainda necessita se deslocar para municípios maiores em busca de satisfazer suas necessidades.

As dificuldades encontradas no meio rural, assim como na região da Quarta Colônia, fazem com que os agricultores não consigam se inserir no modo de produção vigente ficando a margem do processo produtivo, submetidos a problemas sociais, muitas vezes saindo em busca de melhores oportunidades nas cidades. Da mesma forma, na região Quarta Colônia verifica-se um gradativo aumento na população urbana.

A região da Quarta Colônia é um território organizado por pequenos municípios, cuja sede é a cidade que mantém uma relação de interdependência com o meio rural. Em um diagnóstico preliminar, é importante afirmar que a região caracteriza-se pela pequena propriedade rural e pelo baixo grau de industrialização.

Os papéis urbanos das pequenas cidades revelam como estas estão inseridas e representam as dinâmicas do local e do regional. As pequenas cidades da Quarta Colônia reproduzem papéis urbanos de baixa complexidade cuja economia circula produtos de origem agropecuária, além do turismo, anunciando serviços e comércio vinculados à renda gerada por estes setores.

É preciso considerar que o próprio conceito de região está ligado à noção de diferenciação de áreas, no sentido de particularidade e de singular. Corrêa (1997). Ressaltamos que são vários os aspectos que podem delimitar uma região: os ambientais, os socioeconômicos, os históricos, os políticos e os culturais. Tais aspectos peculiarizam e corporificam a identidade regional. Portanto, considera-se que cada território é o resultado de uma história de formação e integração social, sendo que as comunidades possuem identidade própria, que as conduz a tomada de decisões para assegurar o seu desenvolvimento local que não pode ser pensado separadamente do regional e do global, mas articulado com o todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos pensar em uma forma possível de pensar a cidade e o urbano nas pequenas cidades. Nesse sentido, o presente estudo procurou de um modo geral elencar temáticas e discussões, a fim de refletir alguns conceitos e questões que envolvem o espaço urbano e também o rural.

Como tendência histórica, as funções e os processos dominantes das cidades na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes urbanas. As Redes constituem a nova morfologia social de nossa sociedade e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

Neste contexto, os novos desafios urbanos que se apresenta a toda a rede urbana mundial, independente do estágio de urbanização e de desenvolvimento de cada país, são naturalmente mais acentuados nas grandes cidades, megacidades e metrópoles. As cidades globais, além das especificidades decorrentes de seu papel no processo de globalização, também enfrentam os mesmos desafios urbanos colocados para as demais cidades das redes urbanas a que pertencem.

Os maiores custos da urbanização são as desigualdades entre as cidades. Com o processo de urbanização os problemas se espalharam, não acontecendo somente nas grandes cidades, considerando que estamos vivenciando esses problemas também nas pequenas cidades. Um destaque a esses tipos de problemas, especificamente nas pequenas e médias cidades da América Latina, é o da poluição das águas e do saneamento básico, que despertam

a atenção dos governos locais e regionais ao futuro e gestão dessas cidades, incluindo os resíduos sólidos e a qualidade e abastecimento de água potável. (Magno, 2000)

Lefebvre, (1999, apud Silva, 2006) coloca que em se tratando de ambiente urbano, muitos são os aspectos que direta ou indiretamente, afetam a grande maioria dos habitantes, pobreza, criminalidade, poluição, disponibilidade de espaços de lazer, etc. Estes fatores são relacionados a fontes de insatisfação com a vida urbana. Entretanto há também uma série de fontes de satisfação a ela associada, as cidades exercem um forte poder de atração devido à sua heterogeneidade, movimentação e possibilidades de escolha.

A cidade e o urbano em seu contexto têm se configurado, cada vez mais, num considerável desafio aos pensadores do urbanismo, especialmente os Geógrafos.

Assim, cabe a nós pensarmos se há meios de conquistarmos o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento sustentável no espaço urbano. Para Diniz; Vicentini (2004) deve haver uma preocupação maior com o bem estar do cidadão e com uma sociedade sustentável, que consiga promover a competitividade econômica e emprego; que favoreça a prosperidade social e econômica; melhorando o transporte e enfim que promova o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida de toda população. Cabe a nós construirmos, uma cidade realmente sustentável.

Não para finalizar, mas para continuarmos pensando no urbano, e no próprio espaço geográfico, Carlos coloca que,

Em síntese, o espaço geográfico é o produto, num dado momento, do estado da sociedade, portanto, um produto histórico; é resultado da atividade de uma série de gerações que através de seu trabalho acumulado tem agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o, tornando-o um produto cada vez mais distanciado do meio natural. Suas relações com a sociedade se apresentam de forma diversa sob diferentes graus de desenvolvimento (CARLOS, 1999, P. 32).

Assim em acordo com a autora, pode-se dirigir um olhar sobre o espaço geográfico que esteja comprometido com sua história construída pela sociedade em um dado tempo/espaço. E, acima de tudo, respeitar cada momento que corresponde ao desenvolvimento das comunidades percebendo sua cultura e modos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDELLI, M.L. F. da H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva-SP. In: SPOSETO, M.E.B.; WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo: reflexões entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BEZERRA, L. S. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: Realidade ou utopia**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br.pdf>. Acesso 20 jun.2008.

CARLOS, A. F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. LEMOS, A. I. G. de.; ARROYO, M. ;Silveira, M. L. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>> Acesso: 16 nov. 2008.

DINIZ L. Filho; VICENTINI Y. Teorias espaciais contemporâneas: O conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.9, p. 107-116, jan/jun.2004. Editora UFPR.

ENDLICH, Â. M . **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese de doutorado– Presidente Prudente: [s.n.], 2006 .

ENDLICH. Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M.E.B.;WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006 b.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Disponível em: <http://www.fee.Gov.br>. Acesso 20 set. 2008.

FUNDAÇÃO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.Gov.br>. Acesso 12 jan . 2008.

LANDO, A. M. ; BARROS, E. C. de. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. H. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MAGNO, B. O. **Environmental Management in Midle and Small Cities in Latin América**. Senior staff of the Institute for Housing and Urban Development Studies (IHS). Rotterdam, The Netherlands. International Conference on water and sanitation. Cali, October 19-21, 2000. Colômbia. Disponível em: http://www.ufpa.br/gestaoAmbiental/3-Brilhante2000_Gestaoambiental-em-cidades-pequenas> Acesso em: 13 de fev, 2009.

MATOS, R. **Aglomerções urbanas, rede de Cidades e desconcentração demográfica no Brasil**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf> Acesso em:17 de dez. 2008.

ROSA, R. L. & FERREIRA, D. A. O. As categorias rural, urbano, campo e cidade: a perspectiva de um continuun. In: SPOSETO, M.E.B.;WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis:Vozes, 1979.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPOSETO, M.E.B.; WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, N. C.; SOARES, B. R. **Crescimento populacional de pequenas cidades: O exemplo de machado/MG**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/PES/pes0502.htm> > Acesso: 16dez. 2008.

SILVA, R.W. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPOSETO, M.E.B.; WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores associados, 2002.